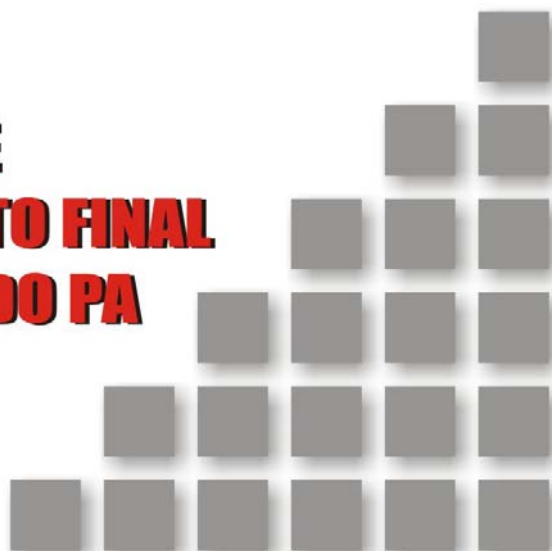




DIANÓSTICO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL E PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO DO PA CACHOEIRINHA



Anotação de Responsabilidade Técnica
PA CACHOEIRINHA

Coordenação
Professor José Ambrósio Ferreira Neto
Sociólogo

Consultores
Professor Márcio Mota Ramos
Engenheiro Agrônomo
CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes
Engenheiro Agrônomo
CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno
Engenheiro Civil
CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira
Biólogo
CRBio-04 – 37446-4P
11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA CACHOEIRINHA

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia

José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade,

Desenvolvimento e Agricultura

Cobertura Vegetal e Solos

Walder Antônio de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Ciência dos Solos

Doutor em Ciência dos Solos

Marcelo Metri Correa

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Ciência dos Solos

Doutorando em Ciência dos Solos

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Carlos Alberto Bispo da Cruz

Engenheiro Agrimensor

Edgar Alencar Ribeiro Júnior

Geógrafo

Fausto Silva

Graduando em Eng. de Agrimensura

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....	7
1.1.	DENOMINAÇÃO DO PA.....	7
1.2.	DATA DE CRIAÇÃO	7
1.3.	DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS	7
1.4.	NÚMERO DE FAMÍLIAS.....	7
1.5.	IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO (VER MAPA EM ANEXO – LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO)	7
1.6.	ÁREA	7
1.7.	PERÍMETRO.....	8
1.8.	COORDENADAS UTM	8
1.9.	SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	8
1.10.	PLANTA DO IMÓVEL GEOREFERENCIADA (VER MAPA EM ANEXO - PLANTA DO IMÓVEL).....	8
1.11.	LIMITES	8
2.	HISTÓRICO DO PA.....	9
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA.....	11
3.1.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO	11
3.1.1.	Clima.....	11
3.1.2.	Geologia/formações superficiais.....	11
3.1.3.	Geomorfologia/Relevo	12
3.1.4.	Solos e ambientes	13
3.1.4.1.	Correlação do solo com seu material de origem e seu posicionamento na paisagem	15
3.1.5.	Recursos hídricos	16
3.1.6.	Vegetação nativa	18
3.1.7.	Fauna silvestre.....	19
3.2.	DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	26
3.2.1.	Organização territorial atual.....	26
3.2.2.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais	28
3.2.2.1.	Sistema de produção	28
3.2.2.2.	Água.....	30
3.2.2.3.	Solos	32

3.2.2.4. Vegetação	32
3.2.3. Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção.....	33
3.3. DIAGNÓSTICO EXPEDITO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO.....	34
3.3.1. População	34
3.3.2. Moradia e saneamento	35
3.3.3. Captação e abastecimento de água e energia	36
3.3.4. Saúde.....	37
3.3.5. Estradas e transporte.....	38
3.3.6. Educação	39
3.3.7. Organização social e econômica	39
3.3.8. Relação com o Poder Público local, Estadual e Federal e com entidades de classe, Igrejas, Ong's etc.....	40
4. LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL	41
4.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES.....	41
4.1.1. Da organização territorial.....	41
4.1.1.1. Estradas	43
4.1.2. Da construção de infra-estrutura	43
4.1.3. Dos sistemas produtivos e de uso e manejo dos recursos naturais.....	44
4.1.3.1. Solos e vegetação	44
4.1.3.2. Recursos hídricos	45
4.1.3.3. Impactos sobre a fauna de vertebrados terrestres	46
5. PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO	50
5.1. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IDENTIFICADOS	51
5.1.1. Estratégias para o fortalecimento e consolidação da organização social	51
5.1.2. Educação ambiental	52
5.1.3. Assistência técnica	54
5.2. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA..	55
5.2.1. Alambique explorado por pessoa não vinculada ao Assentamento	55
5.2.2. Alambique e laticínio.....	55
5.2.3. Saneamento básico	56
5.3. MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS	58
5.3.1. Solos	58
5.3.1.1. Pastagens	58
5.3.1.2. Erosão.....	63
5.3.2. Vegetação.....	67

5.3.2.1. Demarcação e averbação das áreas de Reserva Legal	67
5.3.2.2. Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente.....	68
5.3.2.3. Matas de Galeria e Matas Ciliares	69
5.3.3. Fauna.....	71
5.3.3.1. Animais silvestres	71
5.3.3.2. Animais domésticos	72
5.4. DELINEAMENTO DO PROJETO FINAL DO PA CACHOEIRINHA	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS.....	77

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. Denominação do PA

Projeto de Assentamento Cachoeirinha.

1.2. Data de Criação

1996 (data da emissão de posse).

1.3. Distrito e Município/UF, Mesorregião/Microrregião FIBGE e Região Administrativa De Minas Gerais

- Município de Tumiritinga;
- Microrregião de Governador Valadares;
- Mesorregião Vale do Rio Doce;
- Região Administrativa de Minas Gerais Rio Doce.

1.4. Número de Famílias

Atualmente existem 33 famílias assentadas, mas apenas 31 foram contempladas com lotes fora da área coletiva, uma vez que dois lotes destinados a esse Assentamento são controlados por trabalhadores ligados MST e assentados no PA 1º de Junho.

1.5. Identificação, localização do imóvel e vias de acesso (ver mapa em anexo – Localização do Imóvel no Município)

O Assentamento está localizado a apenas 2 Km da sede do município e o acesso se dá saindo-se de Tumiritinga em sentido ao município de Conselheiro Pena. Percorre-se cerca de 1,5 km até a transposição da ponte sobre o Córrego Capivara e a partir daí mais 0,5 Km, aproximadamente, até a sede do projeto.

1.6. Área:

408,0844 ha.

1.7. Perímetro:

10.001,10 m.

1.8. Coordenadas UTM

UTM: 7.897.624,88 e 855.358,63m.

1.9. Sub-bacias hidrográficas

- Córrego Capivara;
- Rio Doce;
- Bacia do Rio Doce.

1.10. Planta do Imóvel georeferenciada (ver mapa em anexo - Planta do imóvel)

1.11. Limites

Na região onde se localiza o PA Cachoeirinha não existem Unidades de Conservação, nem reservas indígenas. Na região predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na produção de grãos, principalmente feijão, arroz e milho, porém em precário estágio de modernização tecnológica. Em razão do padrão de utilização das terras na região, observa-se nos últimos 10 anos a intensificação do conflito fundiário, com a ampliação da demanda por terra e a ampliação do número de assentamentos rurais regionais. No município de Tumiritinga, além do PA Cachoeirinha existe também o PA 1º de Junho, coordenado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem –Terra, que também coordena um acampamento formado por cerca de 48 famílias juntamente com o movimento sindical, acampadas há mais de 4 anos nas terras da Fazenda Natal.

- **Norte:** Rio Doce e Florência Prudente;
- **Leste:** Alberto Carlos Cunha e Expedito e Edson;
- **Sul:** Newton de Abreu Silva e PA 1º de Junho;
- **Oeste:** Florência Prudente, Vantuil Rodrigues de Oliveira.

2. HISTÓRICO DO PA

O processo de organização social que criou o PA Cachoeirinha tem origem nos anos 80, especificamente em junho de 1988, a partir de ações de vistoria do INCRA-SR06, onde foram desapropriadas para fins de reforma agrária as fazendas Califórnia e Califórnia da Limeira, com área total de 3.011,4973 ha. Nessa ocasião, trabalhadores do município de Tumiritinga, organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pelo STUT – Sem Terra de Tumiritinga, reivindicavam o assentamento nas áreas desapropriadas; todavia, com a recomendação de que a área não deveria ser ocupada, como condição para a desapropriação do imóvel, os trabalhadores vinculados ao movimento sindical continuaram aguardando que o INCRA providenciasse o assentamento, tendo em mente a garantia de terra para as famílias do próprio município. No entanto, em junho de 1993, cinco anos após o decreto de desapropriação, um grupo de cerca de 100 famílias de trabalhadores rurais ligados ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, formado por famílias excedentes do PA Santa Rosa–Córrego das Poses no município de Itaipé e do PA Aruega no município de Novo Cruzeiro, quebrou o acordo de não-ocupação da área das fazendas, criando um conflito com as famílias vinculadas ao movimento sindical, que então, como reação, também entraram nas propriedades. Esta ação promovida pelo MST criou sérias desavenças entre os trabalhadores dos dois grupos que, ainda hoje, não foram superadas

A Figura 1, produzida em 1996, apresenta o acampamento das famílias ligadas ao STR e ao STUT.

Os trabalhadores vinculados ao STR e STUT pressionaram o INCRA no sentido de que área deveria ser ocupada prioritariamente pelas famílias do próprio município e que já aguardavam o assentamento há mais de cinco



FIGURA 1. Acampamento das famílias ligadas ao STR e ao STUT em 1996.

anos. No entanto a resistência do grupo organizado pelo MST impossibilitava qualquer tipo de entendimento.

Por terem menos familiaridade com o processo de organização e pela menor capacidade de negociação e experiência de suas lideranças, os trabalhadores ligados ao STR e STUT foram sendo colocados à margem do processo tendo que se contentar com o assentamento de apenas 33 famílias em uma pequena área de apenas 408 ha. Esse processo desqualifi-

cou o movimento sindical no município, bem como deixou uma marca pejorativa na forma como o Assentamento foi criado, impossibilitando a criação de mecanismos de organização coletiva no PA. Com a aprovação do INCRA e com o apoio do CAT – Centro de Assistência Técnica (ONG com sede em Governador Valadares), essas 33 famílias aceitaram ser assentadas em uma pequena parte da área total desapropriada, tendo em vista a possibilidade de os lotes ocuparem uma boa extensão da várzea do Rio Doce. Assim, determinou-se que cada família receberia um lote de aproximadamente 9 ha, destinado à produção de gado e de culturas perenes e teria a possibilidade de plantar coletivamente nas áreas férteis ao longo do Rio Doce; contudo, a fragilidade organizacional que marcou a formação do Assentamento impediu que o modelo fosse efetivamente implementado, provocando o parcelamento da área coletiva. Paralelamente, o grupo vinculado ao MST, mais numeroso, forte, experiente e com grande capacidade de mobilização, foi assentado no PA 1º de Junho, ampliando a sua área de influência e ocupando irregularmente dois lotes destinados aos assentados do PA Cachoeirinha de forma violenta e arbitrária, sem que o INCRA tomasse qualquer providência. Atualmente esses dois lotes são utilizados como campo de experimentação e para a produção de aves pelos assentados do PA 1º de Junho, enquanto duas famílias do PA Cachoeirinha ainda não tiveram direito ao acesso a terra, vivendo e produzindo em apenas 2 ha na antiga área coletiva.

Essa trajetória conturbada é uma característica presente no cotidiano das famílias do Assentamento, que se mostram ressentidas com os vizinhos assentados no PA 1º de Junho, com o movimento sindical, que foi incapaz de fazer valer seus direitos e com o próprio INCRA, que não agiu com rigor para coibir a ocupação inicial e a grilagem dos dois lotes por parte do MST.

No processo de constituição do PA Cachoeirinha, além do apoio do movimento sindical, a partir do STR do município e do STUT, os atuais assentados contaram também com o apoio da Igreja Católica por intermédio do então pároco local, o que possibilitou bons investimentos em infra-estrutura de produção. Apesar das deficiências em termos de área, do número de famílias que foram assentadas, bem como da organização interna, o PA Cachoeirinha tem uma boa infra-estrutura, dotada de área comunitária com garagem, casa de farinha, desintegrador, trator, picadeira, curral, casa para produção de rapadura e melado, rede de energia elétrica, água servida pela COPASA e estradas em bom estado de conservação, além de localização privilegiada em relação à sede do município.